

NOTA SOBRE O POVOAMENTO DA BAIÁ DOS TIGRES

Baía dos Tigres é o nome por que se designa habitualmente a povoação mais meridional da costa angolana, situada em pleno deserto e cuja única razão de ser é a actividade piscatória; os habitantes chamam-lhe simplesmente «os Tigres» e a denominação oficial, na altura da independência de Angola, era a de São Martinho (dos Tigres); contudo, o nome do amplo recorte do litoral onde ficou estabelecida, prevaleceu sempre.

A ocupação humana do local foi suscitada por um só aspecto físico favorável: a abundância de peixe no mar, relacionada com a constante subida das águas das profundezas (*upwelling*), frias e muito ricas em plâncton. Torna-se assim interessante procurar averiguar em que circunstâncias actuou este factor, de modo a sobrepor-se ao condicionalismo geral que impõe as maiores dificuldades à presença do homem.

O clima da área da Baía dos Tigres foi já caracterizado, em trabalho anterior, como sendo *hiper-desértico* ⁽¹⁾. As chuvas são muito irregulares: para uma média anual da ordem dos 15 mm a 20 mm, no período de 15 anos entre 1959 e 1973, registaram-se 46 mm num dos dias de Março de 1970 e 19 mm noutro dia do mesmo mês, em 1966. A humidade relativa, devido à influência das águas oceânicas frias, é sempre bastante elevada (médias mensais não inferiores a 75 p. 100 às 9 horas da manhã, no período indicado). O mês mais quente é Março (22° C, com uma média das temperaturas máximas de 25° C); o menos quente, Agosto (15° C, e com 12° C de média das temperaturas mínimas). Juntam-se, sempre para o período acima considerado, 32° C como máximo absoluto e 4° C como mínimo absoluto, e teremos um conjunto de números que se ajustam bem às «características térmicas dum deserto de corrente fria de região tropical» (*Ob. cit.*, p. 180). Do mesmo modo, é muito frequente o nevoeiro próprio destes desertos litorais, a que em Angola se costuma chamar *cacimbo*, designação equivalente à de *garua* no Peru e à de *canmanchaca* no Chile. Tenha-se em conta

(1) ANDRÉ GUILCHER, CARLOS ALBERTO MEDEIROS, JOSÉ ESTEVES DE MATOS e JOSÉ TOMÁS DE OLIVEIRA, «Les Restingas (Flèches Littorales) d'Angola, spécialement Celles du Sud et du Centre». *Finisterra*, vol. IX, n.º 18, Lisboa 1974, pp. 171-211.

ainda, para se fazer uma ideia aproximada do clima da Baía dos Tigres, a relevância dos ventos de SSO, que sopram bem fortes de tarde, enquanto a manhã e a maior parte da noite costumam ser calmas.

Em relação com estas características climáticas desenvolveu-se um deserto de areias, onde o contorno da baía, por volta dos 16° 30' de latitude sul, é determinado pela presença da extensa restinga, cordão arenoso que constituía uma península paralela à costa do continente, com mais de 35 km de comprimento e delimitando um braço de mar com 11 km de largura máxima (a norte). A restinga é muito baixa, não vai além de 3 m a 4 m de altitude; pelo contrário, o litoral que lhe fica em frente é constituído por um maciço dunar que sobe até 100-200 m, tem mais de 10 km de largura e ultrapassa os 100 m a menos de 1 km do mar. Em 1962, a ligação da restinga com o continente rompeu-se e a antiga península originou uma ilha ⁽²⁾.

Este trecho do litoral de Angola foi reconhecido pelos navegadores portugueses nas suas primeiras viagens de descoberta por estas paragens: Diogo Cão passou ali em 1486 e data também desta época a primitiva designação de Manga das Areias, que evoca bem o seu traçado. Quanto ao nome actual, deriva muito provavelmente do aspecto da costa arenosa do continente, fronteira à restinga, com faixas regulares e paralelas, mais ou menos acinentadas, que fazem lembrar peles de tigres (*Ob. cit.*, p. 185). Em mapas ingleses apareceu ainda a designação de «Great Fish Bay», igualmente sugestiva.

O povoamento da Baía dos Tigres remonta a meados do século XIX e integra-se na colonização espontânea, não orientada ou promovida pelo Estado, de diversos pontos da costa sul de Angola por pescadores do Algarve. O movimento desencadeou-se em 1860 e logo no ano seguinte ou em 1862 os algarvios utilizaram pela primeira vez os seus pequenos barcos para se deslocarem até Angola, em viagens necessariamente longas e penosas. Aproveitando decerto informações sobre a grande riqueza em peixe dos mares que pretendiam explorar, fixaram-se primeiramente em Moçâmedes, onde já havia uma povoação. Com efeito, em 1849-50 tinham sido aí instalados colonos portugueses, transferidos do Brasil, onde, por essa altura, eram hostilizados e perseguidos nalgumas regiões; mas o empreendimento, orientado pelo governo, assentara essencialmente numa agricultura de âmbito muito limitado, já que circunscrita aos oásis lineares dispostos ao longo dos cursos de água temporários do Bero e do Giraul. Foram os algarvios que desenvolveram a actividade piscatória em Moçâmedes e se estabeleceram depois noutros locais, tomando-a sempre como fundamento económico. Uma vez que tinham apenas em vista a obtenção de boas bases de pesca, pouco atendiam às dificuldades opostas pelas condições naturais que não se relacionassem com este aspecto e acabaram assim por se instalar também na Baía dos Tigres.

As referências que chegaram até nós, imprecisas, por vezes contraditórias, não permitem traçar, em pormenor e com segurança, os factos

(2) Para pormenores de geografia física e comparação com as outras restingas angolanas, ver o artigo citado na nota anterior.

e as datas que marcam essa instalação. Contudo, é incontroverso que ela seguiu de perto a chegada dos primeiros algarvios e que só se processou definitivamente após algumas tentativas frustradas.

Entretanto, as potencialidades da Baía dos Tigres em matéria de pesca eram já bem conhecidas. Cerca de 1850, navios baleeiros americanos iam com relativa frequência até lá. Em 1861, um morador de Moçâmedes, que não se sabe ao certo se seria algarvio, obtinha licença para se estabelecer naquele local, com dois botes e vinte escravos, e no ano seguinte concediam-se terrenos a um tal Alfredo Duprat, para instalação de pescarias; mas não parece que estas medidas se tivessem concretizado. Episódio bem mais decisivo foi o que ocorreu em 1864, quando um grupo dos algarvios que já estavam fixados em Porto Alexandre decidiu empreender uma viagem para sul; obrigados a regressar devido a violenta tempestade, houve no entanto um, João da Rosa Machado, que, no seu pequeno barco «Linda», de 4,5 t, conseguiu avançar e penetrou na Baía dos Tigres, percorrendo-a minuciosamente e escolhendo mesmo lugar para futura pescaria. Na sequência disto, alguns pescadores fixaram-se na Baía dos Tigres, mas tiveram de a abandonar pouco depois, já que, descontando o peixe, tudo lhes faltava; seria necessário assegurar frequentes ligações por mar com os portos situados mais a norte (por terra, não havia qualquer hipótese), para garantir a ocupação definitiva. Apesar de todos os obstáculos, ela foi conseguida precisamente por esta altura, no meio das maiores dificuldades: com efeito, há notícias de que, cerca de 1870, havia barcos que serviam a Baía dos Tigres nas suas navegações, ao mesmo tempo que eram concedidas autorizações para viagens que também a incluíam nos seus percursos, o que leva a supôr que nessa altura já existiria lá uma colónia; mais concretamente, sabe-se que em 1877 o caíque «Senhora do Rosário» fazia viagens regulares entre Moçâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres, transportando peixe seco e provisões⁽³⁾. De 1885 data um projecto de colonização oficial, que não teve quaisquer efeitos práticos; na realidade, nunca poderia ser esta a via eficaz para se promover o povoamento numa área com condicionamentos físicos tão adversos. Mesmo as ambições dos Alemães em relação ao Sudoeste da África estiveram apenas na origem da criação dum posto militar (posteriormente sem continuidade), em 1895⁽⁴⁾.

⁽³⁾ Referem-se aos começos da ocupação da Baía dos Tigres, entre outros, AFONSO JOSÉ VILELA, *A Pesca e Indústrias Derivadas no Distrito de Moçâmedes. 1921-1922. Relatório de um Inquérito*, Porto 1923, *passim* (especialmente pp. 23-42); RALPH DELGADO, *Ao Sul do Cuanza (Ocupação e Aproveitamento do Antigo Reino de Benguela)*, vol. II, Lisboa 1944, pp. 375-386; J. N. SALES GRADE, «Baía dos Tigres — 1948. Artes de Pesca e Seu Pescado». *Actividade Económica de Angola*, n.º 22/23, Luanda 1949, pp. 115-119. Veja-se sobretudo, como enquadramento geral, o trabalho fundamental de ISABEL MARQUES MEDEIROS, *Contribuição Para o Estudo da Colonização e das Actividades Piscatórias no Litoral ao Sul de Benguela*, Centro de Estudos Geográficos, relatório policopiado, a publicar em 1979.

⁽⁴⁾ ALFREDO DE ALBUQUERQUE FELNER, *Angola. Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, vol. I, Lisboa 1940, p. 116. Segundo RALPH DELGADO, este posto data de 1896.

O principal problema dos escassos habitantes do novo povoado era o da água. O aproveitamento de *cacimbas* (poços), que se abriram na área continental vizinha, revelou-se improficuo, já que a respectiva água era de má qualidade⁽⁵⁾. A solução encontrada foi a de fazer transportar água doutros locais; utilizaram-se também, nalguns períodos, destiladores, e desde cedo se começou a pensar na hipótese dum sistema de canalização a partir do Cunene. O destilador mais antigo funcionou entre 1897 e 1904 (anos aproximados) e fornecida água potável, ainda que cara, à população. Em 1912, foi elaborado, pelo engenheiro Roma Machado, o primeiro projecto de abastecimento com água do rio Cunene. Em 1923, o Alto-Comissário Norton de Matos mandou proceder a estudos para o lançamento dum caminho-de-ferro entre Otchinjau e Baía dos Tigres, que nunca se concretizou. Em 1930, foi designada uma comissão para estudar os problemas desta área; no relatório que então se elaborou, insistia-se de novo na necessidade de fazer chegar à Baía dos Tigres água do Cunene: «canalizar, pois, a água do Cunene é, além dum acto de humanidade para com aqueles que na Baía dos Tigres vêm gastando a sua vida, sofrendo estoicamente os horrores da sede, a valorização espantosamente grande dum baía que abriga nas suas águas uma fauna abundantíssima e inesgotável». Mas não era só a falta de água que tornava difícil a vida dos habitantes da Baía dos Tigres. Escrevia-se ainda no mesmo relatório: «É a lenha que falta para a confecção das suas refeições pobres e que, nas noites frias e de mau cacimbo, lhes daria um pouco de calor que lhes desentorpecesse as articulações enrijecidas e hirtas pelo frio inclemente. É o escorbuto que os atrai agónicos, para um catre triste e do qual não se podem defender, porque lhes falta tudo, desde o medicamento que atenua o mal, às hortaliças e frutas que o afugentam»⁽⁶⁾. Não obstante a divulgação junto do governo de Angola destas considerações que, com o seu tom dramático um tanto pueril, traduziam uma situação efectivamente muito grave, poucos progressos se registaram nos anos seguintes. Um relatório do governo da província da Huíla, referente a 1940, mencionava que eram simples barris os únicos reservatórios de água, recolhida directamente, por meio de mangueiras, dos tanques do navio que a trazia; nesta operação, com os balanços permanentes do mar, perdia-se muita água, por vezes quase metade da que era transportada⁽⁷⁾. Só em 1941 se encetou a construção de grandes tanques para guardar água potável, com a capacidade de 280 t; e em 1948, no seu trabalho já citado, escrevia J. N. SALES GRADE que «a água doce para abastecimento da população é transportada por navios, armazenada em tanques de ferro e cimento, e depois distribuída regularmente por ração» (p. 116). Segundo alguns habitantes mais antigos, essa ração não ia habitualmente além de 5 litros por pessoa e por dia, quedando-se por vezes em 2 litros. Em anos ante-

⁽⁵⁾ MÂNUEL JÚLIO DE MENDONÇA TORRES, *O Distrito de Moçâmedes no Ciclo Áureo da Cultura Algodoeira*, Lisboa 1974, pp. 187-188.

⁽⁶⁾ RALPH DELGADO, *Ob. cit.*, pp. 385-386.

⁽⁷⁾ EURICO EDUARDO RODRIGUES NOGUEIRA, *Relatório do Governo da Província de Huíla Referente ao Ano de 1940* (dactilografado), Sá da Bandeira, p. 281.

riores, quando era um barco à vela que trazia a água, esta chegava, uma ou outra vez, imprópria para se beber; os alimentos frescos, com excepção do peixe, eram escassos e poucas vezes por ano se podia dispor deles. Entretanto, por volta de 1950, iniciaram-se finalmente as obras para abastecimento de água a partir do Cunene; ficaram concludas em 1958 e, além de resolverem um problema fundamental, ligado à própria subsistência da população, proporcionaram sensível desenvolvimento industrial. Em 1962, quando se rompeu o istmo que ligava os Tigres ao continente, ficou destruída a canalização, mas pouco tempo depois foi lançada outra, adaptada às novas condições.

Todas as vicissitudes relacionadas com a questão essencial do abastecimento de água constituem bem um símbolo das dificuldades de que necessariamente se revestiu o povoamento da Baía dos Tigres. Sabe-se também que as primeiras habitações eram extremamente rudimentares, simples abrigos «de caniço e capim, com portas de esteira», segundo o que delas diz A. J. VILELA (*Ob. cit.*, p. 399); em 1921-22, altura em que escreveu o seu trabalho, acentuava o mesmo autor que eram muito raras as casas de pedra, dominando as de bordão ou pau-a-pique e havendo algumas de madeira. As de pau-a-pique eram «feitas dum esqueleto de tungas e bordão, cheio de pequenas pedras, ossos de baleia, barro, cal e areia». As várias casas apresentavam-se cobertas de zinco ou terraço, este construído a partir de «barro, cal e areia, ou de areia e cimento, assentando sobre planos de bordão unidos» (p. 225).

Do mesmo modo, as primeiras instalações industriais — ou melhor, artesanais — eram bastante precárias, o que dificultava o aproveitamento da única riqueza da região. Os giraús, espécie de estrados de madeira a pouca altura do solo, onde se seca o peixe, tinham de ser protegidos com cercados dos ventos fortes que arrastam areia. Mesmo assim, o peixe não era devidamente seco, ficava com alguma areia e a sua apresentação deixava muito a desejar. Só quando foi possível dispor de água com mais abundância, as indústrias da Baía dos Tigres garantiram finalmente boas condições de melhoria.

No conjunto, os diversos obstáculos aflorados tiveram como consequência o escasso número de habitantes que sempre se verificou. Conhecem-se alguns dados relativos a fins do século XIX; A. J. VILELA fala em sete famílias de europeus que existiriam em 1894, enquanto A. A. FELNER mencionava, no ano seguinte, 44 brancos, sendo 36 homens e 8 mulheres. No que se refere à população africana, a divergência entre os dois autores é grande: indicam mais de 200 e 67 pessoas, respectivamente⁽⁸⁾. Em 1900, a população comportaria 60 brancos (41 do sexo masculino), 409 pretos e 9 mestiços (sendo, respectivamente, 249 e 4 do sexo masculino); ao todo, portanto, 478 habitantes⁽⁹⁾. Pouco depois de 1920, o número de europeus mantinha-se no mesmo nível (53),

⁽⁸⁾ A. J. VILELA, *Ob. cit.*, p. 37; A. A. FELNER, *Ob. cit.*, p. 116.

⁽⁹⁾ JOÃO DE ALMEIDA, *Sul d'Angola. Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910)*, Lisboa 1912, p. 99. Como se vê, o número de africanos citado por este autor coaduna-se melhor com o que refere A. J. VILELA.

enquanto o de pretos teria baixado para pouco mais de metade (234) e o de mestiços se fixava em 11⁽¹⁰⁾. Em 1940, ano do primeiro recenseamento feito em Angola, são finalmente apurados números de confiança, talvez não inteiramente rigorosos, mas pelo menos mais seguros que os anteriores: a população era então aproximadamente a mesma que em 1900 (427 habitantes, dos quais 68 brancos, 331 pretos e 28 mestiços), enquanto em 1950 os pretos tinham aumentado sensivelmente (602 habitantes, sendo 68 brancos, 517 pretos e 17 mestiços).

Temos assim, neste período de pouco mais de meio século, uma população europeia que cresce insensivelmente, mas ronda sempre a meia centena de pessoas, e alguns centos de pretos, menos oscilantes no seu conjunto do que a imprecisão dos números disponíveis deixa entrever, apesar de variarem decerto em função das exigências do mercado de trabalho local ou da eficácia com que eram recrutados. A completar os efectivos demográficos, havia ainda os mestiços, em número insignificante, o que se pode relacionar com a escassez de brancos, quase sempre estabelecidos com as suas famílias, e traduz uma convivência não muito íntima destes com a população de cor.

O último recenseamento integralmente publicado, o de 1960, revela que a população branca tinha ultrapassado a centena de habitantes e a de cor, o milhar: este «surto demográfico», se é que lhe podemos chamar assim, coincide com o desenvolvimento da indústria, já referido, favorecido pela maior disponibilidade de água. Em 1960, havia 173 brancos, 1137 pretos e 29 mestiços (respectivamente, 94, 980 e 16 do sexo masculino, sempre com larga maioria), isto é, um total de 1339 habitantes. Avaliou-se ligeira diminuição para 1970: 1100 habitantes, compreendendo 90 brancos, 960 pretos e 50 mestiços, números arredondados.

Os africanos contratados para trabalharem na pesca eram recrutados em diferentes regiões de Angola, entre as quais se destacavam as de Caconda, Cuanhama e Ganguelas; durante muito tempo, o processo revestiu-se de irregularidades da mais diversa ordem, como aliás foi corrente em Angola. Por outro lado, foram deslocados para a Baía dos Tigres numerosos africanos que se encontravam em cumprimento de pena de residência fixa.

A fisionomia da povoação levanta, à primeira vista, um problema: tratando-se do único lugar habitado numa região tão hostil, seria de esperar, em princípio, que constituísse aglomeração particularmente concentrada. Contudo, assim não acontece. Localizada junto a uma enseada da parte nordeste da restinga, a aglomeração — porque, apesar de tudo, de aglomeração se trata — é bastante descerrada, o que mesmo um mapa de pequena escala permite evidenciar (figura 1). A presença das fábricas, um tanto espalhadas, quanto mais não seja pela extensão dos seus giraús (já em 1921-22, estes ocupavam, no conjunto, 6500 m²), contribui para o aspecto do povoado, do mesmo modo que a dissociação entre as habitações dos brancos e as dos trabalhadores africanos, estas frequentemente muito precárias. Claro que as causas sugeridas não

⁽¹⁰⁾ A. J. VILELA, *Ob. cit.*, p. 334.

actuaram rigidamente e, por outro lado, haveria talvez que tomar em conta as próprias tendências, ou a índole dos colonos que foram ficando, o que levaria a tentar estabelecer, na medida do possível, linhas de filiação relativamente às suas regiões de origem. Seja como for, temos

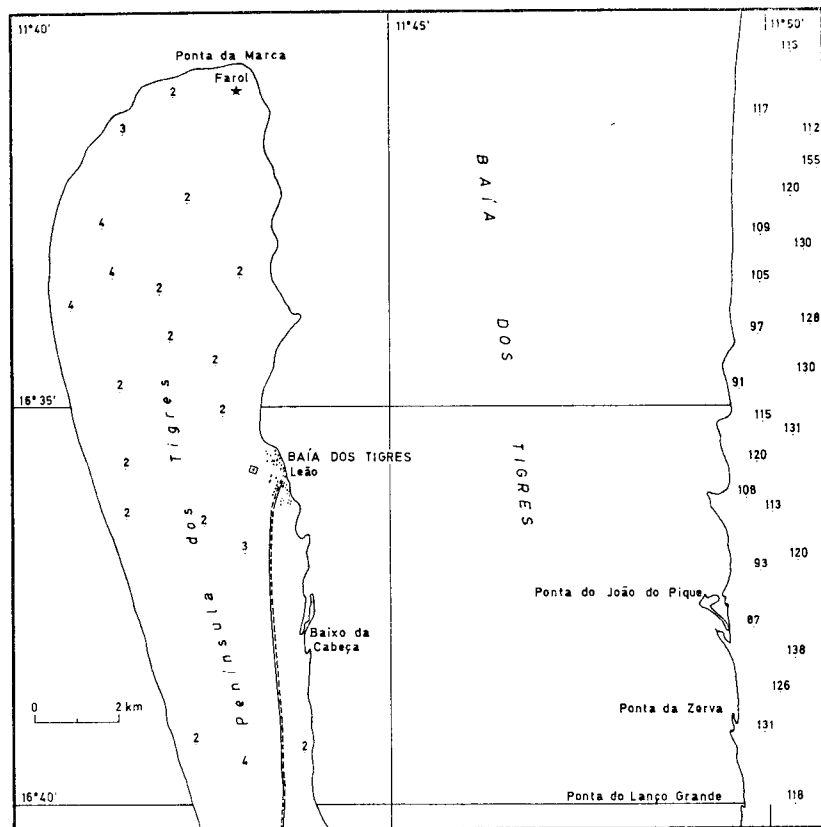


Fig. 1 — O povoamento da Baía dos Tigres, segundo o mapa de Angola a 1:100 000. Indicação das altitudes através de pontos cotados (m).

aqui um bom exemplo de como factores diversos, designadamente as funções e o carácter compósito da população, são capazes de se sobrepor a incidências, aparentemente decisivas, do ambiente físico, na explicação do tipo do povoamento.

Existe na Baía dos Tigres uma única rua alcatroada, larga faixa que serve de pista para aviões, e onde se encontram, de ambos os lados, os vários edifícios públicos (administração, correios, igreja, clube recreativo, serviços meteorológicos, etc.); corresponde à parte norte da «picada» representada na figura 1, no local onde se vêem algumas

construções bem alinhadas. A partir do fim dos anos 40, a Baía dos Tigres passou a ser servida por pequenos aviões, em geral duas vezes por semana, e este número mostrava tendência para aumentar nos últimos tempos. Algumas casas de habitação situam-se a oeste da «rua-pista de aterragem», enquanto outras acompanham as fábricas, que se localizam a norte para impedir que os ventos predominantes de SSO arrastem os fumos sobre a povoação. Boa parte dos trabalhadores africanos vivem (ou viviam) dissociados, em habitações muito pobres e rudimentares, simples barracas, que constituem pequenos esboços ou embriões de *bidonvilles* («muceques», como são designados nalgumas áreas de Angola), ao lado de certas fábricas. De notar ainda que determinados detalhes de algumas casas lembram a origem dos primeiros habitantes brancos, como as chaminés, semelhantes às do Algarve — isto embora não se tenha verificado qualquer transposição inicial. Por outro lado, diversas construções assentam sobre pilares ou arcos, aspecto muito característico que impede as areias de se acumularem junto às paredes.

Em 1896, apanharam-se 1134 t de peixe, quantidade que tinha passado para 1952 t em 1921 e para 3374 t em 1949. Nos últimos tempos foram apurados valores muito maiores: segundo os três últimos *Anuários Estatísticos de Angola* publicados, 33 317 t em 1969, 36 156 t em 1970 e 22 965 t em 1971 ⁽¹⁾. Entre as espécies capturadas salientam-se o carapau, a sardinha, a mariquita, a cavala, a corvina. A maior parte do peixe é transformada em farinha e óleo (respectivamente, 31 214 t, 34 875 t e 19 889 t nos três últimos anos referidos, isto é, 93 p. 100 em média), ficando o resto para secar e salgar. Outrora, esta última utilização era exclusiva. Em 1948, J. N. SALES GRADE, ao mencionar a existência duma «fabriqueta de farinhas e óleos de peixe», dava a entender que ela era recente e acentuava que «muito contribui para um melhor aproveitamento do pescado» (*Ob. cit.*, p. 117); sabe-se que, no ano seguinte, absorveu 54 p. 100 do peixe apanhado. O relatório de A. J. VILELA refere-se, em 1921-22, a 13 estabelecimentos de salga, dos quais dois eram considerados de grande dimensão, com mais de 1000 m² de giraús cada um (*Ob. cit.*, p. 335). Em 1971, havia três unidades industriais de produção de farinha e óleo (a maior com capacidade de 2000-4000 t por ano) e cinco instalações de peixe seco e meia-cura (uma com produção anual de 100-200 t, duas de 200-300 t e duas outras de 300-400 t). Neste ano, a frota de pesca compreendia 27 barcos (866 t) com motor e 6 (34 t) à vela e a remos; note-se que em 1948, ano em que, pela primeira vez, trabalhou uma traineira nos Tigres, foram utilizadas 36 embarcações, das quais apenas 3 com motor, enquanto em 1921-22 existiam 41 barcos, todos sem motor e, na sua maior parte, bastante pequenos.

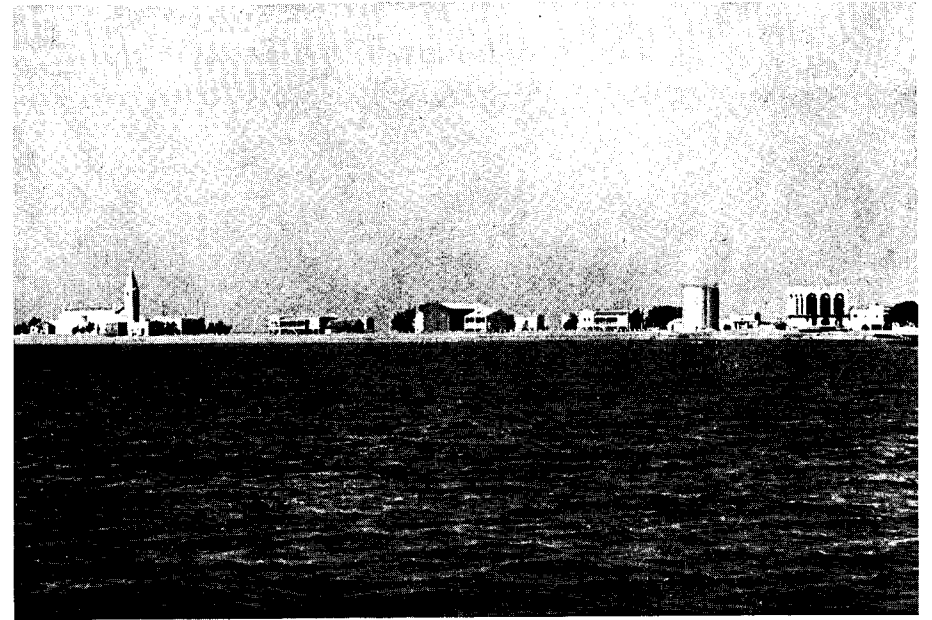
⁽¹⁾ *Anuário Estatístico*. Instituto Nacional de Estatística. Delegação de Angola. Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, Luanda. Só a partir de 1964 aparece individualizada a Baía dos Tigres na indicação do peixe capturado. Até 1969, couberam-lhe, segundo esta fonte: 1964, 26040 t; 1965, 25151 t; 1966, 2299 t; 1967, 2223 t; 1968, 23223 t.

* * *

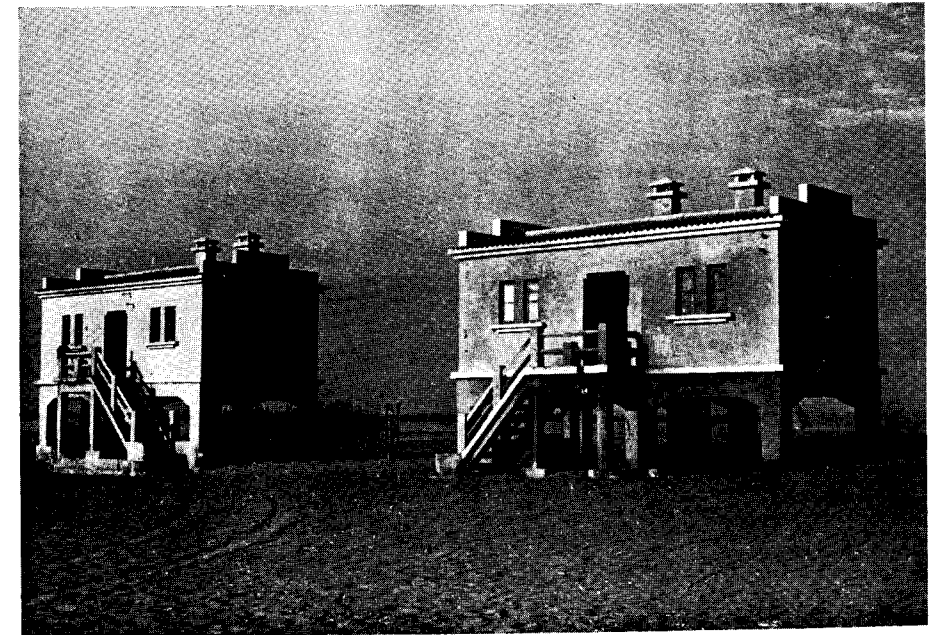
Como remate desta breve análise, podemos dizer que o povoamento da Baía dos Tigres é apenas um dos episódios da colonização espontânea do litoral sul de Angola por algarvios, fundamentada na pesca. Só assim é possível compreender a ocupação de local tão inóspito: como objectivo isolado ou imposto pelo governo, provavelmente jamais tal ocupação teria sido levada a cabo. A verdade, porém, é que, sendo a colonização portuguesa modesta nos objectivos iniciais, pouco exigente quanto às condições do local de fixação — e isto sobretudo em empreendimentos não dirigidos pelo governo —, a Baía dos Tigres não deixou de ser aproveitada, já que oferecia boas condições para a pesca e era para pescar que estes colonos se tinham deslocado. Uma vez criada a povoação, houve como que uma obstinação permanente em fazê-la sobreviver a todo o custo: não se passou muitas vezes do plano dos projectos, mas, por exemplo, já em tempos recentes, no seu panorama sobre *Problemas Económicos de Angola* (2 vols., Luanda 1964-5), WALTER MARQUES insistia na conveniência de se instalar um porto bem apetrechado na Baía dos Tigres, com estaleiros navais, e ligação por estrada até Moçâmedes e por caminho-de-ferro até Roçadas (ver o 2.º vol., pp. 690-697). Toda esta valorização implicaria avultados investimentos, mas nunca se encarou a hipótese de o aproveitamento das águas da Baía dos Tigres ficar na dependência de bases de pesca mais ou menos distantes. Inconvenientes económicos, escassez de recursos para dispor de frota de pesca adequada, falta de visão, interesse político ou estratégico da ocupação do local? Qualquer que seja a resposta, neste foram permanecendo várias dezenas de habitantes de origem europeia (mais de cem em 1960), a que se juntaram centenas de africanos, sucessivamente contratados para os trabalhos mais pesados da pesca e das indústrias.

Nem as possibilidades abertas com o abastecimento directo de água, em 1958, amenizaram as duras condições de vida na Baía dos Tigres. A sensação de isolamento e de dependência em relação ao exterior pesa constantemente como uma condenação: por volta de 1973-74, altura em que o autor desta nota esteve no local, alguns brancos iludiam-na mais ou menos conscientemente, mas a generalidade da população africana mostrava-se desambientada. Com a independência, cabe aos novos dirigentes políticos angolanos não só garantir a promoção desta última e melhorar o sistema de relações sociais, afectado por acentuada clivagem que ficou aflorada, como também equacionar o próprio destino deste lugar. De qualquer forma, o povoamento da Baía dos Tigres, tenha ou não sequência, exprime bem a tenacidade da colonização portuguesa nesta área, que prevaleceu sobre a hostilidade do ambiente, agravada pela modéstia dos recursos disponíveis.

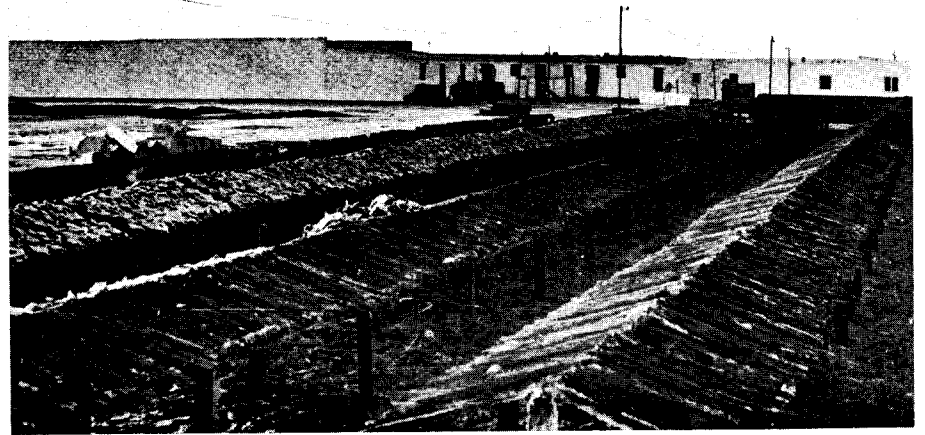
CARLOS ALBERTO MEDEIROS



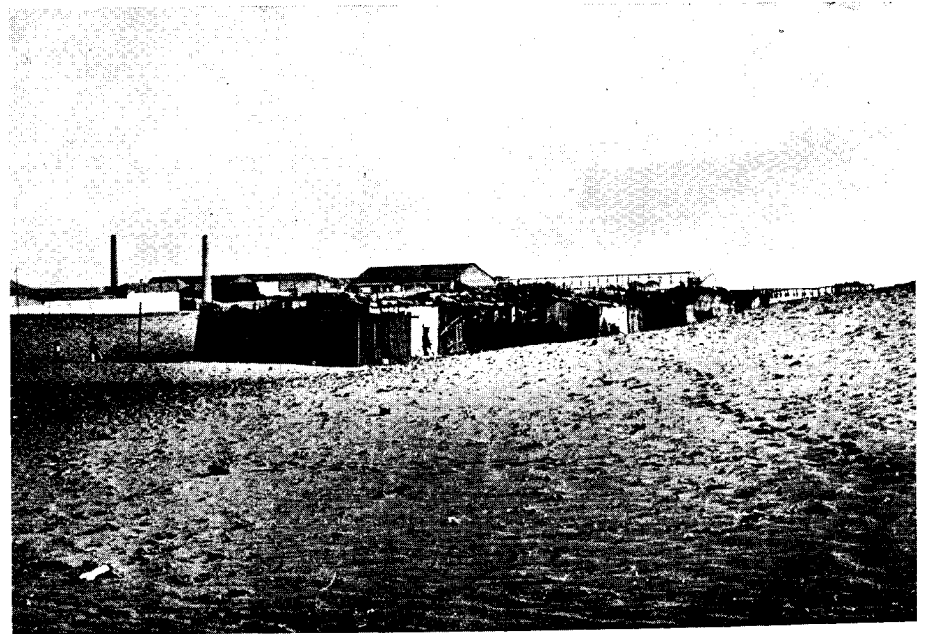
EST. I, A — Aspecto da povoação vista do mar.



EST. I, B — Casas sobre pilares e com escada exterior.



EST. II, A — Giraús duma das fábricas da Baía dos Tigres.



EST. II, B — Esboço de muceque junto a uma fábrica.